



Retrato da crise: pátio interno do Colégio Estadual ministro José de Moura e Silva, no bairro do Rocha, em São Gonçalo, invadido pelo mato por falta de pessoal para fazer a manutenção (foto de 03/03/2015)

Crise se aprofunda e atinge em cheio a educação do Rio

Governador anunciou cortes de R\$ 1 bi nas verbas de custeio das escolas. Paes só investe pensando na olímpiada. Profissionais da educação se organizam para resistir aos ataques

2015 se inicia para os profissionais de educação das redes públicas com a ameaça de cortes de verbas, o endurecimento dos governos nas negociações com as redes estadual e municipais. Os novos/velhos governos federal e estadual, Dilma Rousseff e Luiz Fernando Pezão – cria do ex-governador Cabral – somente agora parecem ter se dado conta da crise econômica e dos problemas que agravam a situação do país e do mundo, os quais já vínhamos denunciando há anos.

Os problemas com os desmandos (arrocho salarial, corrupção, desvio de verbas e superfaturamento nas contas das obras dos megaeventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas de

2016) começam a aflorar em meio à crise político-ideológica e a adoção de medidas econômicas cada vez mais duras e tudo isso começa a preocupar a população. E mais uma vez os governos ameaçam jogar a conta nas costas dos trabalhadores.

Por este e outros motivos, como as seguidas perseguições e tentativas de criminalização dos movimentos sociais, é necessário que os profissionais de educação se mantenham atentos e prontos para as lutas que se seguirão. Somente assim conseguiremos manter os direitos conquistados com muita luta e arrancar a valorização profissional e a sobrevivência da educação pública de qualidade.

O esgotamento do modelo neoliberal adotado pelos governos Dilma, Cabral/Pezão e Eduardo Paes se traduz em anúncios de cortes no orçamento federal, estaduais e municipais. No dia 26 de janeiro, o governador recém empossado anunciou que serão cortados mais R\$ 2,7 bilhões do orçamento. Em Educação e Saúde, os cortes nas despesas de custeio poderão atingir R\$ 900 milhões.

A prefeitura do Rio, que tem previsão de variação positiva da receita orçamentária de 11,10% (dados da PLOA 2015), o que representa bilhões de reais a mais nos cofres de Paes, não anunciou até agora sequer uma melhoria para as escolas e creches.

REDE ESTADUAL

Verbas de manutenção das escolas são cortadas

O Sepe vem acompanhando denúncias de várias escolas da rede estadual sobre o corte generalizado desde outubro de 2014 nos repasses das verbas para compra de alimentos para a merenda escolar e de manutenção para a compra de materiais de consumo básicos para o funcionamento das unidades, como papel, produtos de higiene e limpeza etc.

No dia 11/02, uma resolução da SEEDUC/SUPGE (Superinten-

dência de Gestão das Regionais Pedagógicas) distribuída para as escolas estabeleceu o calendário de funcionamento para a semana do carnaval: durante os oito anos de gestão do ex-governador Sérgio Cabral (2006/2014) as escolas sempre funcionaram nas quintas e nas sextas-feiras depois da folia. O governo do estado decretou o fechamento das escolas nos dias 19 e 20 de fevereiro (quinta e sexta-feira de-

pois do carnaval) e o Sepe avalia que tal fato ocorre porque, sem repasse da verba para a merenda, as unidades não terão como funcionar na semana que vem.

No Colégio Estadual Herbert de Souza, um dos maiores da rede e que atende mais de dois mil alunos de segundo grau, funcionando na Tijuca, a falta de verba para manutenção na escola ameaça o seu funcionamento, já que os estoques de produtos de

limpeza e higiene estão no fim e não há dinheiro para reposição. A manutenção dos elevadores, pois a escola funciona num prédio de cinco andares, também está suspensa por falta de verba. A falta de dinheiro para merenda e manutenção é generalizada em toda a rede. Tal fato acabará inviabilizando o funcionamento das unidades e prejudicará os alunos que tiveram o ano letivo iniciado no dia 2 de fevereiro.

REDE MUNICIPAL/RJ

SME/RJ “economiza” cortando difícil acesso de centenas de escolas

A Secretaria Municipal de Educação do Rio (SME/RJ) publicou, no dia 6 de janeiro, a Resolução nº 1329, que dispõe sobre a concessão da gratificação por atividade em unidades escolares (escolas, creches e EDIs) de difícil acesso. Na Resolução, a secretária Regina Bomeny reduziu de forma substancial o número de unidades que estavam incluídas na relação contida na Resolução 1288, de 26 de março de 2013. Com a nova Resolução, a secretaria reduziu de 768 (em 2014) para 395 (em 2015) o número de unidades com direito à gratificação de difícil acesso. As CREs que tiveram mais escolas, creches e EDIs retiradas da relação foram a 1ª (58); 8ª (61); 9ª (49) e 10ª (110). No total, foram cortadas 373 unidades escolares da gratificação.

O corte no número de esco-

las com direito à gratificação - que garante que os profissionais possam chegar a estas unidades localizadas em pontos de difícil acesso - já está gerando uma série de reclamações junto aos profissionais que trabalham nas unidades atingidas pela nova Resolução.

Mais uma vez, a prefeitura e a SME “economizam”, reduzindo as gratificações do difícil acesso, prejudicando profissionais que tem que se desdobrar para chegar até os seus locais de trabalho. Tudo isto, sem uma discussão ou consulta prévia junto aos principais interessados na questão: a categoria e as comunidades escolares afetadas. O Sepe irá interpelar a SME para saber quais os verdadeiros motivos para explicar os cortes na relação de escolas, já que a secretaria até agora não disse o porquê de tal medida.

Imprensa repercute cortes de verbas para as escolas

2015 começou com a perspectiva de tempos difíceis. O novo ministro da Fazenda anunciou um grande ajuste fiscal, com diversas Medidas Provisórias lançadas pelo governo federal sem nenhum diálogo com a sociedade e que representam cortes de direitos dos trabalhadores ao modificar regras para acesso ao seguro-desemprego, abono salarial e seguro-defeso, além de pensões por morte, auxílio doença.

A presidente Dilma também vetou a correção da tabela do imposto de renda em 6,5%, como tinha sido aprovado no Congresso, e propôs que a correção ficasse em 4,5% (ainda em discussão). Quanto menor a correção, maior a arrecadação do governo federal e, portanto, maior o imposto pago pelos contribuintes, principalmente os trabalhadores de rendas mais baixas.

Em um exemplo de resistência,

no Paraná, o governador tucano tenta retirar direitos históricos da educação, mas a categoria não aceitou, entrou em greve desde o início do ano letivo e vem realizando manifestações massivas, com o apoio da população.

Já o estado do Rio, em relação aos demais, foi aquele que teve o maior déficit fiscal: R\$ 7,3 bilhões (valores absolutos), segundo a Folha de S. Paulo (16/02), tendo sido o maior rombo desde a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000. A principal causa desse rombo foi o financiamento tomado para as obras do metrô.

Em janeiro, Pezão anunciou cortes no orçamento da educação (leia a página 1). A imprensa denunciou, com destaque, os graves problemas causados por esses cortes de verbas. Abaixo, mostramos algumas manchetes dos jornais do Rio.

- 06/02/2015 – Jornal Extra: Escolas estaduais reduzem até copos plásticos para economizar
- 10/02/2015 – G1: Diretores de escolas do RJ compram fiado comida para merenda de alunos
- 27/02/2015 – Jornal Extra: Antes mesmo de começar a pagar primeiro empréstimo, estado pede mais dinheiro ao Tribunal de Justiça
- 03/03/2015 – Jornal Extra: Estado demora a repassar aos bancos parcelas do consignado dos servidores
- 04/03/2015 – Jornal Extra: Estado do Rio deve R\$ 700 milhões a empresas terceirizadas e fornecedores
- 05/03/2015 – G1: Colégio estadual no Rio enfrenta até falta de papel higiênico, dizem pais
- 05/03/2015 – Jornal Extra: Escolas estaduais podem ficar sem ar-condicionado

**TODOS À ASSEMBLEIA DA REDE MUNICIPAL
DIA 14/03, ÀS 14H, NO CLUBE MUNICIPAL.**